



**ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**

**COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS,
CONTROLE EXTERNO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E
INFRAESTRUTURA**

Projeto de Lei nº 179/2025

Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL

Assunto: “Autoriza a abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação de recursos vinculados a receita no valor de **R\$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais)** - Secretaria Municipal de Saúde -SEMUSA- melhorar e fortalecer o atendimento para a realização de serviço de qualidade, seguindo os preceitos do Sistema Único de Saúde-SUS, na média e alta complexidade, que será utilizado na prestação de serviços de terceiros.

**PARECER
VOTO DO RELATOR
RELATÓRIO**

1 – Relatório

A presente análise deste relator se debruça sobre a constitucionalidade orçamentária do Projeto de Lei nº 179/2025, que propõe a autorização para a abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação de recursos vinculados a receita no valor de R\$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais) A finalidade primordial deste crédito é melhorar e fortalecer o atendimento para a realização de serviço de qualidade, seguindo os preceitos do Sistema Único de Saúde-SUS, na média e alta complexidade, que será utilizado na prestação de serviços de terceiros.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

A urgência e relevância da matéria se manifestam na necessidade contínua e ininterrupta de suprimentos que garantam a excelência e a segurança dos serviços prestados pela referida unidade, um pilar no atendimento às demandas da saúde.

A justificativa para a abertura de crédito adicional especial reside justamente na insuficiência ou na imprevisibilidade de recursos orçamentários no planejamento inicial para cobrir despesas extraordinárias e urgentes como melhorar e fortalecer o atendimento para a realização de serviço de qualidade, seguindo os preceitos do Sistema Único de Saúde-SUS, na média e alta complexidade, que será utilizado na prestação de serviços de terceiros.

O Memorando nº 329/SEMUSA/2025 que acompanha o projeto, fornecem o contexto administrativo e a comprovação da necessidade pela Secretaria. Este documento, em conjunto com a descrição do Projeto de Lei, delineiam um cenário em que a gestão pública municipal busca ativamente assegurar os recursos financeiros necessários para a manutenção e aprimoramento dos serviços de Saúde.

É o relatório.

2-FUNDAMENTAÇÃO.

A análise meritória do Projeto de Lei nº 179/2025, em sua redação e justificativa, observa-se que a propositura não padece de vícios, revelando sua constitucionalidade.

A Carta Magna, em seu artigo 165, § 8º, atribui ao Poder Legislativo a capacidade de deliberar sobre temas orçamentários, incluindo a autorização para a abertura de créditos adicionais, vejamos;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

§ 8º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Como também confere na Carta Magna no Artigo 30 aos Municípios autonomia para legislar sobre assuntos de interesse local, prerrogativa que abrange a esfera orçamentária e financeira. A capacidade de planejar, executar e controlar o próprio orçamento é essencial para que o Município promova o desenvolvimento social e econômico de sua comunidade.

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - **legislar sobre assuntos de interesse local;**
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

A presente análise deste relator debruça-se sobre a legalidade e constitucionalidade da proposição legislativa que autoriza a abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação de recursos vinculados a receita no valor de R\$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais) - Secretaria Municipal de Saúde -SEMUSA- melhorar e fortalecer o atendimento para a realização de serviço de qualidade, seguindo os preceitos do Sistema Único de Saúde-SUS, na média e alta complexidade, que será utilizado na prestação de serviços de terceiros.

A fundamentação legal para a concessão de créditos adicionais especiais encontra respaldo robusto na Lei nº 4.320/1964.

O Art. 43 desse diploma legal estabelece que a abertura de créditos suplementares e especiais está condicionada à existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, podendo tais recursos advir, inclusive, do produto de operações de crédito autorizadas, desde que juridicamente viabilizem sua realização pelo Poder Executivo.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

No caso em apreço, o excesso de arrecadação de receitas vinculadas, que propiciou a criação do crédito especial, constitui uma fonte de recursos disponíveis, conforme explicitado no inciso II do § 1º do referido artigo.

Ademais, o Art. 72 da Lei nº 4.320/1964 determina que a aplicação de receitas vinculadas a fundos especiais deve ser realizada mediante dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais, assegurando o controle e a transparência na gestão dos recursos públicos, o que, por conseguinte, legitima a proposição do Projeto de Lei nº 179/2025 para a instituição de tal dotação.

A exigência de autorização legislativa para a abertura de créditos adicionais especiais, conforme estatuído no Art. 42 da Lei nº 4.320/1964, é plenamente atendida pela tramitação do Projeto de Lei nº 166/2025 perante o Poder Legislativo Municipal.

O Projeto de Lei nº 179

/2025 atende aos requisitos legais e orçamentários pertinentes, apresentando a justificativa necessária e a indicação de recursos disponíveis, em estrita observância aos ditames da Lei nº 4.320/1964.

O ato de abertura do crédito adicional, após a devida aprovação legislativa, deverá pormenorizar a importância, a espécie e a classificação da despesa, em conformidade com o Art. 46 da Lei nº 4.320/64, o que, de fato, assegura o controle orçamentário e a transparência na gestão da despesa pública.

Feito as devidas observações do presente parecer segue-se para a conclusão.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA

3-CONCLUSÃO.

Em face do exposto, este Relator da COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, CONTROLE EXTERNO, OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURA manifesta parecer **FAVORÁVEL À APROVAÇÃO** face à constitucionalidade do artigo 30 da CF/88 e à legalidade da Lei nº 4.320/64, no que tange ao **Projeto de Lei nº 179/2025**, autoriza a abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação de recursos vinculados a receita no valor de Secretaria Municipal de Saúde -SEMUSA- melhorar e fortalecer o atendimento para a realização de serviço de qualidade, seguindo os preceitos do Sistema Único de Saúde-SUS, na média e alta complexidade, que será utilizado na prestação de serviços de terceiros.

Este é o Voto/Parecer

Sala das Comissões, 14 outubro de 2025.

Assinado digitalmente por ROSA
JANETE CARNEIRO
LINS:5888-0836234
RSC:04897-0=ICP-Brasil, OU=
AC SOLUTIM, CN=AC SOLUTIM v5, OU=
57767800000000000000, OU=
Presencial, CN=Certificado PF
A3, CN=ROSA JANETE
CARNEIRO LINS-58880836234
RSC:04897-0=ICP-Brasil
Local: Rolim de Moura/RO
Data: 2025.10.14 12:25:57-04'00'
Versão: 2.024.2.2

ROSA JANETE CARNEIRO LINS
PRESIDENTE /RELATORA


MARCO ANTONIO
Membro


EDERSON ANDRADE DE ALBUQUERQUE
Membro